

Momento crítico

No *Informativo Adusp* 384, de 26/6/2014, publicamos uma avaliação da conjuntura do movimento após cerca de 30 dias de greve. Agora, às vésperas de completarmos 80 dias de greve, entendemos que é o momento de nova análise do trabalho realizado, dos resultados alcançados, dos desafios postos e das perspectivas colocadas.

No final de junho tínhamos clareza quanto à racionalidade das nossas propostas para contemplar os quatro eixos das nossas reivindicações, conforme segue:

1) utilizar a reserva de ajuste de R\$ 129 milhões do orçamento aprovado pelo CO em 25 de fevereiro, e o montante da previsão da remuneração financeira da “reserva” da USP de R\$ 195 milhões, para viabilizar a negociação salarial, compensando o maior comprometimento da USP com a folha em relação à Unesp e Unicamp;

2) Aumentar os recursos destinados pelo Estado às universidades públicas estaduais: seja fazendo cessar os descontos de várias rubricas das receitas do Estado (em especial as vinculadas à Nota Fiscal Paulista, Habitação, Programa de Parcelamento Incentivado, multas e juros vinculados ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços-ICMS), os quais reduzem a base de cálculo dos 9,57% da quota parte do Estado (QPE) do ICMS que se destinam às universidades; seja por aumento do percentual deste repasse na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO);

3) Dar transparência e controle dos recursos e gastos das universidades, o que, no caso da USP, significa a abertura da base bruta dos dados de receitas e despesas da gestão anterior, da atual e doravante, à semelhança do que já existe para as contas do Estado, conforme se pode conferir no portal da Secretaria da Fazenda de SP (<http://bit.ly/VnCLS9>);

4) Proposta de mudança do teto constitucional em SP adotando o limite dos desembargadores do Tribunal de Justiça, ao invés do subsídio do governador.

Contudo, para além do amplo reconhecimento da coerência destas possibilidades, ainda não logramos avanços significativos nesta perspectiva. O que aponta, como já destacávamos à época, para um embate de longo prazo contra uma nova, vigorosa, truculenta ofensiva em favor da legitimação e acelerada implantação de uma versão ainda mais radical do modelo privatista, produtivista e de mercantilização do ensino superior público (vide, a propósito, nota emitida em 14/8: <http://goo.gl/ts1ED2>) — modelo já predominante nas universidades brasileiras, mas que continua, felizmente, enfrentando a obstinada resistência dos movimentos sociais.

Principal protagonista desse projeto de *aggiornamento* da Universidade Operacional na USP, o atual reitor se pôs em cruzada por ele, lançando-se até mesmo contra a sua própria plataforma de campanha, cujas palavras-chave foram diálogo, distensão, democracia e respeito às instâncias acadêmicas.

Indignação. De qualquer forma, a decisão tomada em julho — determinada, entre outros fatores, pela indignação diante dos pronunciamentos públicos do reitor atacando pilares basilares da instituição, como o RDIDP e a estabilidade no emprego — de dar continuidade à greve, mesmo diante do cenário adverso, propiciou ao movimento ampliar significativamente os eventos deliberados pela Assembleia Geral Permanente, fortalecidos pelas iniciativas e tarefas assumidas pela Comissão de Mobilização (divulgadas por sucessivas edições dos boletins da greve), que expandiram em muito a difusão, o conhecimento e a apropriação, por

parte significativa da comunidade, da envergadura dos problemas e desafios existentes.

Não fosse o movimento que ainda resiste, provavelmente não teríamos hoje conhecimento do ofício Cruesp 22/2005 (<http://goo.gl/c9IJZE>), só agora divulgado, no qual o então presidente do Cruesp, Marcos Macari, solicita ao governador, pelos mesmos motivos que sempre apontamos, mais recursos para as universidades diante do crescimento da folha e da enorme expansão havida e projetada para a partir de então. No caso, solicita mais 0,695% da QPE do ICMS, ou seja 0,7% que, caso tivessem sido somados aos 9,57%, nos trariam a partir de então 10,3%! Também não teríamos dado oportunidade às manifestações de mais de uma dezena de congregações (<http://goo.gl/JQp3MW>) exigindo da reitoria compromisso para com o diálogo, negociação e respeito ao movimento e às instâncias acadêmicas, ou várias dezenas de assinaturas de membros de congregações subscrevendo as propostas emergenciais do Fórum das Seis (<http://goo.gl/kpnPja>) encaminhadas em 13 e 14/8 respectivamente para o Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento (CFOP) da Alesp e para o governador do Estado.

Nos encontramos agora num momento crítico. De um lado, são evidentes as dificuldades impostas ao movimento conjunto no âmbito do Fórum das Seis diante da iniciativa das reitorias da Unesp e Unicamp de buscar compensar a ausência de reposição salarial via abonos. Propostas essas que só tiveram espaço para vicejar face à inoperância do Cruesp determinada, principalmente, pela postura intransigente adotada por Zago e Vahan, que inviabilizou qualquer negociação no âmbito

desse conselho. De outro lado, assistimos na USP à prepotência crescente do encastelado reitor que, à semelhança do pior que já experimentamos em gestões anteriores, acabou também recorrendo à justiça e lançou mão da polícia para resolver o que só a negociação poderia solucionar, além de agravar a situação com o inaceitável ataque ao direito de greve ao determinar o confisco salarial decorrente do corte do ponto dos funcionários da administração central e de várias unidades de ensino.

Temos, portanto, desafio semelhante ao enfrentado mês e meio atrás: como conter e fazer retroceder uma gestão que dá sinais de não guardar qualquer respeito ao *ethos* acadêmico e que parece convicta da missão de destruir a diversidade de opiniões e qualquer articulação organizada que opere na academia por legítima que seja. O desafio aumenta na medida em que não se pode negligenciar que a limitada e desigual adesão efetiva ao movimento determina dificuldades para que se alcancem, no curto prazo, as pautas propostas.

É nossa responsabilidade coletiva avaliar como enfrentar e superar esse desafio, acumulando forças e mantendo a articulação e o respaldo até agora conquistados na defesa dessas pautas. De outra parte, há que se reverter o confisco salarial imposto aos funcionários e encontrar caminhos para democratizar a USP. Nesse caso, cabe lembrar à Reitoria que a história é rica em ilustrações a demonstrar que deter a força num dado momento nunca garantiu, de modo sustentável, a imposição perversa dos termos de uma derrota: guardadas as proporções, não seria demais recordar em que resultou aos aliados vitoriosos em 1918 terem desconsiderado as ponderações de Keynes e de Weber, em favor de tornar razoáveis as condições do Tratado de Versalhes...

Assembleia Geral da Adusp
Auditório de História
18/8, segunda-feira, às 15 horas

Maior assembleia desde 27/5 entusiasmo!

A sessão de 7/8 da Assembleia Geral (AG) Permanente da Adusp lotou o Auditório da História, tornando-se a maior realizada pela categoria desde o início da greve em 27/5. A entrada da Escola de Enfermagem (EE) na greve, a mobilização no Instituto de Biociências (IB), as fortes assembleias setoriais realizadas na Faculdade de Saúde Pública (FSP) e na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) empolgaram a AG, que também recebeu com grande emoção e alegria a notícia da libertação do estudante e funcionário da USP Fábio Hideki Hirano e de Rafael Lusvarghi, ambos presos ilegalmente há semanas.

Após diversos informes, incluídos os das unidades, a AG deliberou pela continuidade da greve (foto), com apenas três abstenções e um único voto contrário. Também foram aprovadas as propostas da Diretoria da Adusp de solidariedade aos funcionários técnico-administrativos que tiveram seus salários descontados, por meio de duas iniciativas: doação de até R\$ 35 mil reais, na forma de mil cestas de alimentos, e apoio à divulgação entre os docentes da conta bancária do Sintusp que arrecada contribuições ao Fundo de Greve da entidade.

O início do segundo semestre foi o principal ponto colocado nos informes. Várias unidades realizaram atividades de recepção aos estudantes, que tiveram como foco o debate a respeito da greve e da situação financeira da USP. As próximas atividades tiveram especial atenção, principalmente o ato unificado de 14/8. Outro ponto amplamente discutido pelas assembleias setoriais e também pela AG foram as táticas de resposta ao corte de

ponto e confisco de salários pela Reitoria. A próxima sessão da AG será realizada em 18/8, ocasião em que se pretende realizar uma ampla avaliação do movimento.

Fórum das Seis e Alesp. O professor Ciro Correia informou que a assembleia da Adu-nicamp não aprovou o encaminhamento de 30/7 do Fórum das Seis — de só abrir negociações locais uma vez resolvida a negociação unificada da data-base — e decidiu propor à Reitoria da Unicamp que concedesse um abono salarial de 26%. O reitor da Unicamp fez contraproposta de abono de 21%, aceita pelos docentes, o que resultou na suspensão da greve.

O Fórum das Seis, explicou o presidente da Adusp, enviaria uma delegação à Assembleia Legislativa em 13/8, para atender



Daniel Garcia

convite dos deputados da Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento (CFOP) para “debater e buscar soluções para as universidades estaduais paulistas” (vide texto nesta página).

Ciro informou à AG o teor de ofício datado de 2005 (<http://goo.gl/v6tVA3>) que só recentemente chegou ao conhecimento do Fórum das Seis, por meio do qual o presidente

do Cruesp à época, professor Marcos Macari, reivindicava ao (então como hoje) governador Geraldo Alckmin um aumento de 0,695 ponto percentual no repasse de ICMS às universidades estaduais, como forma de compensar a expansão dessas instituições. “Isso significa que o Cruesp, nove anos atrás, pedia mais que os 9,57%, ou seja: 10,3%”, destacou o presidente da Adusp.

Reitores recusam-se a comparecer à Alesp

O Fórum das Seis atendeu ao convite do deputado Mauro Bragato (PSDB), presidente da Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento (CFOP) da Assembleia Legislativa (Alesp), para uma “reunião extraordinária” da comissão em 13/8, às 14 horas, no Salão dos Líderes, “com a finalidade de debater e buscar soluções para as universidades estaduais paulistas”.

Também convidado a comparecer, o Cruesp alegou “impossibilidade de participação dos reitores das três Universidades Estaduais Paulistas”, sendo que a presidente da entidade, reitora em exercício da Unesp, desculpou-se porque “estará em férias oficiais”. Mas não sem solicitar ao deputado Bragato “a abertura de uma nova agenda entre a Comissão [CFOP] e o Cruesp”. Teriam os reitores algum problema em participar de reunião conjunta com o Fórum das Seis?

Estiveram presentes, afora o presidente da sessão, os deputados Orlando Bolçone (PSB) e Osvaldo Vergínio (PSD), membros efetivos da CFOP; o deputado João Paulo Rillo (PT), membro substituto; e o deputado Carlos Giannazi (PSOL).

O deputado Bragato manifestou seu apoio pessoal ao aumento da dotação das estaduais paulistas, registrando enfaticamente a indisposição dos reitores

de manter diálogo com a Alesp, atitude que tem comprometido seriamente a necessária ampliação de recursos perenes para a USP, Unesp e Unicamp. Em particular, a miopia estratégica do reitor da USP, aliada à sua disposição de violência contra o corpo da universidade, é incompatível com o exercício do cargo.

O Fórum das Seis entregou aos presentes um kit composto dos seguintes documentos: “Carta aos Deputados”, onde explicita: 1) o desenvolvimento das três universidades estaduais desde 1995 (conquista dos 9,57% do ICMS-QPE) até 2013 (com dados dos anuários mais recentes dessas instituições), ressaltando as distorções realizadas pelo Executivo no que diz respeito à base de cálculo do citado percentual (<http://goo.gl/8iCPOR>); 2) documentos que expressam o compromisso do governo estadual quando da incorporação de Lorena pela USP e criação do campus de Limeira pela Unicamp; e 3) as propostas do Fórum das Seis para encaminhar as questões imediatas e estratégicas da Educação e das universidades estaduais paulistas:

I.1. Cessação do desconto do montante de recursos para políticas de Habitação da base de cálculo do repasse às universida-

des estaduais, retroativo a julho/2014;

I.2. Aporte emergencial de adicionais 0,7% da QPE do ICMS para as universidades estaduais, a serem depositados no início de outubro de 2014;

I.3. Inclusão na Lei Orçamentária Anual (LOA-2015) de liberações mensais adicionais de 0,7% da QPE do ICMS aos 9,57% que constam na LDO-2015, calculados sobre a mesma base de cálculo corrente, excluído o desconto da Habitação;

II. Compromisso do governo do Estado de incluir na LDO-2016 as seguintes determinações:

II.1. Artigo (numeração a definir)– O Estado aplicará em 2016, na manutenção e no desenvolvimento do ensino público, no mínimo trinta e três por cento (33%) da receita resultante de impostos, incluindo os recursos provenientes de transferências;

II.2. Modificação do Artigo 4º da LDO-2016, de forma a contemplar no mínimo 10% do total do produto do ICMS (QPE) e das transferências devidas à Lei Kandir;

II.3. Mudança na Constituição Paulista para que o teto salarial nos poderes executivos estadual e municipal passe a ser de 90,25% do subsídio de um ministro do Supremo Tribunal Federal (isto é, o subsídio de um desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo).

Lançado na História manifesto contra o corte de ponto

Muita gente compareceu ao Auditório da História em 13/8, no ato de lançamento de um manifesto contra o corte de ponto, elaborado por iniciativa do professor Jorge Souto Maior (FD). Os professores João Zanetic e Américo Kerr representaram a diretoria da Adusp no ato, que recebeu o apoio unânime da sessão da Assembleia Geral Permanente de 7/8. O Manifesto pode ser assinado em <http://bit.ly/1v0olet>.

Marilena Chauí desvenda “Universidade Operacional”

Esquema de transição conduzido pela oligarquia resultou na escolha de um “tirano”, diz Ciro Correia ao abrir os trabalhos

A universidade brasileira submeteu-se à ideologia neoliberal da sociedade de mercado, ou “sociedade administrada” (Escola de Frankfurt), que transforma direitos sociais, inclusive educação, em serviços; concebe a universidade como prestadora de serviços; e confere à autonomia universitária o sentido de gerenciamento empresarial da instituição.

Em repetidas manifestações, o reitor da USP revela seu “lugar de fala”, sua afinidade com esse ideário, ao recorrer ao vocabulário neoliberal utilizado para pensar o trabalho universitário, que inclui expressões como “qualidade universitária” (definida como competência e excelência e medida pela “produtividade”) e “avaliação universitária”. Foi o que sustentou a professora Marilena Chauí ao proferir sua Aula Magna sobre o tema “Contra a Universidade Operacional”, em 8/8, que lotou com centenas de pessoas o auditório da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU-USP).

Nesse contexto, a USP, como suas congêneres, transformou-se numa “fábrica de produzir diplomas, teses”, tendo como parâmetros os critérios da produtividade: quantidade, tempo, custo. “Esse horror do currículo Lattes. É um crime o currículo Lattes! Porque ele não quer dizer nada. Eu me recuso a avaliar alguém pelo Lattes!”, disse Marilena. As frases fortes mereceram da plateia aplausos entusiasmados.

“Vejo as pessoas desesperadas porque perderam 7 ou ganharam 7 da Capes [Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior]. Não significa nada. ‘Quero ser 7 porque Porto Alegre é 7’. A gente incorporou a competição pelas organizações, pela eficácia”, destacou Marilena.

“Tirano”. Antes da Aula Magna, o professor Ciro Correia, presidente da Adusp, fez um rápido discurso sobre a gravidade da crise em curso na USP e “o ataque explícito da Reitoria e do governo estadual à concepção que sempre defendemos: de implantação e desenvolvimento de uma universidade democrática, pública, gratuita, laica e de qualidade socialmente referenciada”.

Ciro disse que a administração da universidade “se sente à vontade para governar à revelia de qualquer preocupação com legitimar suas diretivas, ou sequer cancelá-las nas instâncias internas de deliberação, por mais inadequadas que sejam”, e criticou com dureza a oligarquia que controla a USP: “O processo que chegou a ser referido como ‘a rebelião dos diretores’, que conduziu ao esquema de transição nos marcos da reunião do Conselho Universitário de 1º de outubro de 2013, supostamente para nos salvar da perspectiva de continuidade da descontrolada gestão anterior, acabou por definir um amplo espectro de apoios para uma candidatura que, como todos podem constatar, nos outorgou antes um tirano do que um reitor” (<http://goo.gl/WohtJw>).

Por fim, o presidente da Adusp conclamou os presentes a se engajarem com determinação no movimento de greve e participarem da caminhada de 14/8 e do ato conjunto das universidades diante do Palácio dos Bandeirantes.

Fragmentação. Na sua exposição de uma hora, a professora da FFLCH esmiuçou o processo por meio do qual a universidade pública brasileira vem sendo transformada e descaracterizada, desde os anos 1970, deixando de ser uma instituição social para tornar-se uma *organização*, isto é, “uma entidade isolada cujo sucesso e cuja eficácia se medem em termos da gestão de recursos e estratégias de desempenho e cuja articulação com as demais se dá por meio da competição”.

A “universidade operacional” corresponde à etapa atual desse processo, segundo Marilena. De acordo com ela, “a forma atual de capitalismo se caracteriza pela fragmentação de todas as esferas da vida social, partindo da fragmentação da produção, da dispersão espacial e temporal do trabalho, da destruição dos referenciais que balizavam a identidade de classe e as formas da luta de classes”. A passagem da universidade da condição de instituição social (pautada pela sociedade e



por uma aspiração à universalidade) à de *organização* insere-se, diz Marilena, “nessa mudança geral da sociedade, sob os efeitos da nova forma do capital, e no Brasil ocorreu em três etapas sucessivas, também acompanhando as sucessivas mudanças do capital”.

Na primeira etapa (anos 1970), a universidade tornou-se “funcional”, voltada para o mercado de trabalho, sendo “prêmio de consolação que a ditadura ofereceu à sua base de sustentação politico-ideológica, isto é, à classe média despojada de poder”; na segunda etapa (anos 1980), passou a ser “universidade de resultados”, com a introdução da ideia de parceria com as empresas privadas; a terceira etapa (anos 1990 aos dias de hoje), em que virou “universidade operacional”, marca o predomínio da forma *organização*, “regida por contratos de gestão, avaliada por índices de produtividade, calculada para ser flexível”, estruturada por estratégias e programas de eficácia organizacional e “por normas e padrões inteiramente alheios ao conhecimento e à formação intelectual”.

A tecnocracia associada a esse modelo, explicou, “é aquela prática que julga ser possível dirigir a universidade segundo as mesmas normas e os mesmos critérios com que se administra uma montadora ou um supermercado”.

Metamorfose. “A metamorfose da universidade pública em organização tem sido o escopo principal do governo do Estado de São Paulo”, denunciou Marilena. Ela argumentou que a reforma do Estado adotada pelo governo FHC (1995-2002) e efetivada pelos governos estaduais do PSDB, particularmente o de São Paulo, pautou-se pela articulação com o ideário

neoliberal (Estado mínimo, privatização dos direitos sociais) e, no caso do ensino superior, realizaram a agenda de mudanças preconizada pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para a reestruturação das universidades da América Latina e

Caribe, em 1996, baseada na redução das dotações orçamentárias públicas às instituições de ensino superior.

“A expressão perfeita dos desígnios do governo do Estado e do BID se encontra na carta enviada pelo reitor da USP aos docentes em 21 de julho de 2014”, afirmou a professora. “Sei que se tem debatido a falsidade dos números apresentados por ele, a manipulação. A carta me interessa pelo vocabulário que ele usa. Ele começa se referindo a nós como o custeio. Somos o custeio, não somos o esteio da Universidade. A partir daí já está tudo dito. Ele não começa pelas obras que foram feitas sem necessidade, pelo esparramamento da USP pela cidade. Não. Ele começa por nós”, enfatizou.

“O reitor não está usando essa linguagem porque caiu de paradas no mundo e equivocadamente fala nessa linguagem. Ele tem uma concepção de universidade, uma concepção política, uma concepção do saber. Minha fala vai na direção de localizar o que é que tornou possível a um reitor da USP dizer as coisas que ele diz”.

Ao longo da leitura do texto que preparou para a ocasião (<http://goo.gl/fnz8rd>), Marilena fugiu do roteiro para fazer comentários bem-humorados e sarcásticos que provocavam gargalhadas ou fortes aplausos do auditório. “O PSDB é o filho revoltado do MDB. Eles estão aí há 30 anos! Eu quero alternância de governo”, disse, ao comentar conversa que manteve com um grupo de jovens.

A Aula Magna foi coordenada pelo professor João Zanetic (IF) e pela professora Priscila Figueiredo (FFLCH), que mediarão intervenções e perguntas de participantes à professora Marilena Chauí.

Ato no Palácio dos Bandeirantes pressiona Alckmin por mais verbas para universidades estaduais paulistas



Fotos: Daniel Garcia

Na quinta-feira, 14/8, ocorreu o maior ato da greve contra a decisão dos reitores de conceder “reajuste zero” para professores e funcionários técnico-administrativos das três universidades estaduais paulistas. Eram cerca de 2.500 manifestantes, representando as três categorias das três universidades, que andaram do Portão 1 da USP até o Palácio dos Bandeirantes, no bairro do Morumbi. O objetivo da manifestação era pressionar o governador Geraldo Alckmin contra o arrocho salarial e por mais verbas para as universidades.

“A nossa greve atravessou a Copa e os reitores acharam que a gente não ia conseguir; a nossa greve atravessou julho e os reitores achavam que a gente não ia conseguir; a nossa greve deve crescer e já cresceu em agosto e os reitores vão ter que nos engolir! Vão ter que negociar conosco!”, disse João da Costa Chaves Júnior, da Associação de Docentes da Unesp (Adunesp).

Magno de Carvalho, diretor do Sintusp, ressaltou mais uma vez que a greve se pauta na defesa da universidade pública: “Nós temos claro que a luta que nós estamos travando na USP, na Unesp e na

Unicamp não é apenas por salário, não é uma luta apenas contra o arrocho salarial. Nós estamos defendendo nessa luta a própria universidade pública, gratuita e de qualidade, que está sendo ameaçada de sucateamento e de privatização”.

Demissões. Outro fator que indignou a todos os presentes e foi assunto de muitas das falas foi a matéria publicada em 14/8 pela *Folha de S. Paulo*, que atribui à Reitoria planos de obter a demissão voluntária de 3 mil funcionários, reduzir a jornada e o salário de docentes e repassar o Hospital Universitário da USP (HU) à Secretaria Estadual de Saúde. “Acabou de chegar nas nossas mãos e foi publicado na *Folha de S. Paulo* que já estão entregando o Hospital Universitário para a Secretaria Estadual de Saúde e a gente sabe o que quer dizer isso: é a destruição do hospital! Hoje o Hospital Universitário é considerado o melhor hospital público de São Paulo apesar de já estar sendo sucateado, e eles vão entregá-lo, como já entregaram o Hospital de Baurul”, afirmou Magno. A esse respeito, o professor Ciro Correia, presidente da



Adusp, leu nota publicada pela entidade (<http://bit.ly/1lZkNwg>).

Já no Palácio dos Bandeirantes, os manifestantes pediram que fosse recebida uma representação do Fórum das Seis, e o governo concordou em atender a uma comissão de dez pessoas. Foram apresentadas as propostas do Fórum das Seis, as mesmas que discutidas na véspera em reunião da Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento da Alesp, entre elas a imediata interrupção dos descontos relativos à Habitação, o repasse imediato de 0,7% da QPE do ICMS a ser depositada até outubro de 2014, acréscimo correspondente a esses 0,7% aos 9,57% constantes na Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2015 e

a elevação, na LDO de 2016, para 10% do total do produto do ICMS para as universidades estaduais paulistas.

A comissão foi recebida por dois representantes da Casa Civil, aos quais foi relatada a situação atual de total intransigência do Conselho de Reitores (Cruesp) e a necessidade de mais recursos para as universidades. Os representantes da Casa Civil alegaram que a questão deveria ser tratada com a Assembleia Legislativa, ao que a comissão respondeu que o aumento do repasse só não foi incluído na LDO de 2015 devido à posição do Palácio dos Bandeirantes em contrário. Ficou aberta a possibilidade de uma reunião com o secretário estadual da Fazenda nas próximas semanas.